



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

1ª. Reunião do GT- Mercúrio

MEMÓRIA

Data: 8 de junho de 2011 – 14h00 as 18h30

Participantes: Lista de presença anexa

Antecedentes:

Agradecimento ao Fernando Viera Sobrinho da FUNDACENTRO/MTE pela proposta de criação do GT-Mercúrio, e pelo trabalho das ONGs de propor uma minuta inicial termo de referência que culminou na aprovação de minuta final pelos diversos membros da Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ, que enviaram seus respectivos participantes para a reunião.

Foram eleitos os seguintes membros para Coordenação e Relatoria:

Coordenador - Ministério do Meio Ambiente – Dra. Sérgia de Oliveira

Relatoria –APROMAC/FBOMS - Sr. André Fenner

A pauta iniciou com a fala dos representantes do MMA:

Foi dada a leitura do Termo de Referência do GT-Mercúrio, que estabelece o prazo do GT-Mercúrio até a entrada do futuro instrumento internacional vinculante para conclusão dos seus trabalhos, sendo prorrogável para exame das questões de implementação do futuro instrumento.

O Gt-Mercúrio deve elaborar documentos técnicos e pode promover eventos se considerar necessário, assim como um relatório para apresentação à CONASQ.

Obviamente temos uma lista de instituições que se disponibilizaram para participar do GT, e ainda temos a possibilidade de convidarmos outras instituições.

Leitura da proposta da Agenda e proposta para o dia de hoje:

Foi feito um informe sobre a reunião de Chiba/Japão - INC-2 pela Sra. Zilda Veloso

A base das discussões no INC-2 foi o documento UNEP(DTIE)/Hg/INC.2/3

Foram apresentados os tópicos mais importantes do instrumento, e ressaltado que as definições precisam de um aporte melhor das Partes para uma melhor negociação.

Banimento do uso de mercúrio no primeiro momento foi proposto por Equador, Colômbia e Chile.

Armazenamento:

Solução para gerenciar os estoques excedentes de Mercúrio: esta questão de armazenamento será tratada com mais foco no processo da negociação para ter uma melhor idéia do volume e de como será armazenado o Hg.

Resíduos:

Várias perguntas permanecem neste item: Qual é o conceito/definição que será aplicada para estabelecer quando ele deixa de ser uma commodity e passa a ser um resíduo? e qual a quantidade em traços de mercúrio que o caracteriza, isto é, qual seria o percentual ou concentração que caracteriza a contaminação de Hg no resíduo? O Japão está revisando um



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

documento que nos dará a noção sobre o que seria e como se trataria o resíduo e a questão do armazenamento temporário de Hg.

Esta convenção terá uma importante relação com outras convenções, principalmente da Basiléia. Os guias estão em revisão pelo Japão. Não está claro para as Partes o que o instrumento vai proibir e nem o prazo que será dado para as Partes (produtos, comércio entre países, processos que utilizam Hg, tratamento de resíduos). A questão do mecanismo financeiro tem sido comparada com o do Protocolo de Montreal, por ser eficiente, também para o processo de substituição tecnológica.

Áreas contaminadas por Hg:

Mineração artesanal e de pequena escala de Ouro:

O representante do MME comentou que tem adotado uma abordagem de formalização da atividade através de cooperativas – entende que parte da solução do problema passa por ações de inclusão social, e que o MME tem agido nesse sentido. Infelizmente o preço do ouro está cada vez mais alto no mercado internacional, e a tendência é a continuidade dessas atividades. Negou que haja uma característica de nomadismo na atividade, as comunidades atuam em locais fixos, bem estabelecidos, na forma de cooperação.

Emissões atmosféricas:

Capítulo a parte, pois a UE tem tentando fixar um valor para a contaminação de Hg, qualidade do ar de emissões e qualidade de medida. Foi colocado que teríamos que listar zinco, chumbo e cobre. (10 Toneladas de Emissões de Hg por país por ano) A UE acha que desse modo estaria verificando quais são os principais ou grande emissores de Mercúrio.

Grupo de Emissões – este estudo foi um referencial bastante nebuloso de estabelecer um referencial. APROMAC comentou que os setores que têm as maiores fontes de emissão já identificados nos EUA são as usinas termoelétricas a carvão e os fornos de cimenteira que incineram resíduos perigosos. Alertou que a nova Lei da PNRS está incentivando a incineração de resíduos no Brasil, apesar da ineficiência de controle das emissões por parte das autoridades.

Uso permitido:

Está vinculado aos produtos que utilizam mercúrio., e que é necessário avaliar os impactos econômicos, sociais e ambientais do uso e do banimento.

Mecanismos financeiros:

O presidente do INC escolheu o México para coordenar o grupo. UE e EUA querem o mecanismo do GEF, e os países em desenvolvimento querem um mecanismo mais próximo ao mecanismo do protocolo de Montreal.

É necessário que haja um mecanismo financeiro de apoio forte para atender as diversas facetas do acordo internacional, tecnologia, transferência, substituição.

Assistência Técnica:

Importante, principalmente para os países em desenvolvimento.

Aspectos de Saúde:



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

Há uma preocupação de inserir ao acordo tópicos sobre a questão da saúde. A interlocução será feita com a OMS, e não com as associações de representantes de indústrias de produtos farmacêuticos e odontológicos.

Questão de Minamata – registrou-se a importância histórica do caso de Minamata e da falta de atenção necessária por parte do governo do Japão, segundo os movimentos de vítimas durante a reunião do INC-2 em CHIBA, JAPÃO.

O Japão se propôs a sediar a Conferência de Plenipotenciário de 2013.

O próximo INC será em Nairobi no Quênia, de 31 de outubro a 4 de novembro de 2011.

O que houve depois de Chiba?

Reunião em Genebra em março com alguns países: Nigéria, Jamaica, México, Brasil, China, Índia, Rússia, Alemanha,

Conversaram sobre o draft do Hg, requerendo a inserção da questão da contaminação de Hg em solo e água, enquanto outros têm apenas advogado a contaminação do ar, mas se está no ar veio do solo ou da água.

Estão discutindo o conteúdo de Hg no Petróleo e Gás

O presidente do INC, Fernando Lugris, quer vir ao Brasil no próximo semestre, e o MRE está dando suporte para a sua vinda da negociação ao Brasil.

US tem uma posição bastante liberal em questão ao comércio, e outras posições mais restritivas em relação à mineração, etc.

MME:

Mineração artesanal – corte entre pequeno, médio e grande em função de toneladas de produção. No Brasil, 73% é a mineração de pequena escala (mineração em geral), a produção de garimpo reduziu dramaticamente em termos de ouro, hoje é o inverso a questão da mineração do ouro é de grandes mineradores. Por exemplo, no Rio Madeira foi identificada uma balsa de 2 milhões de reais. Mesmo com esse alto custo, ainda assim se trata de mineração de pequena escala, já que eles se organizam em cooperativas. O governo pretende legalizar e formalizar esses grupos para implementar uma política pública que envolve a inclusão social, segurança do trabalhador e proteção do meio ambiente. O DNPM vai capacitar e formalizar os trabalhadores, e isso parece ser a melhor alternativa para países como o Brasil.

Está sendo proposto um levantamento da pequena mineração no país atualmente, pois temos dados da mineração no país de 20 anos atrás, um inventário defasado que aponta a existência de 300 mil garimpeiros. Não se sabe qual é a participação da mulher, das crianças e será preciso coletar inúmeras outras informações para atingir um banco de dados suficiente. Este projeto está sendo considerado para financiamento do Banco Mundial, para ter um retrato atual da situação dos garimpeiros. Sobre o nomadismo, é mais comum na questão de mineração de pedras preciosas, mas não é uma característica genérica de todo o processo de mineração, conforme os dados dos anos 80.

Quais são as vantagens da mineração para o país? Com o programa de formalização passou a ter o incentivo ao título minerário para o garimpeiro para uma lavra de mineração. Hoje o Brasil tem



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

o Estatuto do Garimpeiro, mas ele deve ser implementado. Por isso o governo do Brasil tem incentivado a oficialização do garimpeiro. Hoje o Brasil tem 17 mil títulos de lavras de garimpagem oficializados e precisa regular esse processo, assim como o caso das casas de garimpo (compra de ouro).

Como o MME pode ajudar na questão da mineração na negociação? O MME foi a Manila sobre a questão dos pequenos mineradores, onde contatou um representante do WWF do Suriname. Foi relatado que no Suriname existe uma massa de trabalhadores muito importante no garimpo de ouro, se o mercúrio for proibido irão utilizar o cianeto ou vão comprar mercúrio no mercado negro. Melhor é atuar para reduzir o risco e apresentar alternativas em escala, mas se a tendência dos documentos é o banimento, temos que ter contra-argumentos para a negociação de Nairobi. Espera-se que o secretariado emita o documento 2.3 revisado depois de Chiba para que possamos ver como que ficou depois da reunião de Chiba. A questão social engloba a questão de baixa renda, e a questão social de baixa renda é um ponto complicado na questão da negociação.

IBAMA: elogiou a proposta do levantamento e pretende utilizar o inventário para suas políticas internas de licenciamento e fiscalização.

Licenciamento de mineração – licença é obrigatória para utilização de Hg na pequena mineração artesanal.

APROMAC – concorda que a questão da mineração artesanal de pequena escala é uma questão complexa de ordem social, econômica e de saúde, e que não é fácil encontrar soluções sem levar em conta a questão da inclusão social e oferecimento de alternativas econômicas como parte de qualquer programa nesta área.

Ministério da Saúde – questionado sobre como está o envolvimento da Saúde no Hg?

Resposta: Dentro da ANVISA conseguimos reunir todas as áreas da saúde e que podem exercer ações na questão do mercúrio. Estamos verificando quais são os problemas que podem surgir em função da substituição para atuarmos no combate à exposição humana ao mercúrio. Jorge fez algumas propostas sobre o documento, estamos trabalhando na questão da saúde bucal. É importante termos esse documento bem subsidiado para ajudar na negociação.

Outras questões em relação à saúde? Peixes: estudo do RS sobre os pescados do exterior (tem muita informação, no Brasil 15% da população com dados primários sobre Hg).

- Como é que fica a venda de termômetros no Brasil, e qual a posição do MS?

Tem um programa do MS para que a ANVISA faça uma RDC para os produtos incluindo mercúrio.

- Abordagem de vacinação? MS não abre mão de usar o timesoral em vacinas.

Amalgama dentária – resina que substitui a amalgama para a população, uso importante para população e para a questão de saúde bucal.

O MMA informou que o Governo pela PNRS pode estabelecer quais são os acordos setoriais, e vai elaborar seu edital na questão de lâmpadas de mercúrio. Existe consenso entre as empresas que estão no processo.



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

Formatar a logística reversa de lâmpadas. O que vou fazer com o Hg que estou tirando das lâmpadas de mercúrio. MMA admite que é necessário estabelecer os limites permitidos de Hg nas lâmpadas. APROMAC não entende porque o GT do CONAMA foi suspenso, se poderia estar trabalhando nisso. O CONAMA tinha um grupo de trabalho com boa acumulação de informação, e tem competência legal para estabelecer os limites de contaminação.

Lâmpadas – a política nacional de resíduos sólidos é um avanço para o país e como é difícil de dar um passo para frente, a política esta trazendo para a mesa varias discussões. Ter uma discussão sobre os limites de Hg nas lâmpadas, o MMA e o INMETRO estão participando de um projeto internacional, chamado *enlighten*, sobre a redução de Hg na iluminação.

MTE – o processo de alteração da NR-15 será iniciado em breve.

Indústria – ABICLOR

Comentou que outros segmentos deveriam estar presentes nessa discussão.

Mencionou a Lei Federal 9966. O setor está organizado internacionalmente pelo Conselho Mundial do Cloro e tem uma parceria com o PNUMA de redução do uso de Hg na produção do Cloro-Soda. O Setor relata para o PNUMA suas emissões de forma consolidada e passadas pela CLOROSUR dos Estados Unidos, Índia e Rússia. CMC é a entidade e fazemos parte como CLOROSUR, esta parceria é de longa data para o PNUMA e foram fornecidas para o CMC e para o MMA (nível nacional) sobre suas emissões. Temos 4 plantas no Brasil, 1 no Uruguai e 1 na Argentina.

O uso do Mercúrio no setor tem caído bastante, hoje somente 14% da produção nacional é feita usando a tecnologia de células de Hg e aumentaram a capacidade. Hoje em dia, não é mais viável este tipo de tecnologia. A ABICLOR está com um *position paper* sobre a reconversão do setor cloro-soda. No Brasil, temos workshops internos que se discutem as melhores práticas de produção, varias empresas têm suas praticas especiais em termos de produção. Questão do BAT/BEP é uma questão global e utilizamos muito esta experiência de fora do Brasil. A questão do gerenciamento do mercúrio é muito criteriosa pelas indústrias.

Saúde ocupacional – segundo o setor da indústria, todas as empresas estão em conformidade, Gestão ambiental – empresas estão em conformidade, o problema das emissões atmosféricas é uma questão importante e o setor cloro no mundo representa menos de 2% das emissões mundiais.

Sobre a proposta o MMA está esperando um avanço no sentido das negociações em termos de mecanismo de financiamento da Convenção, e em termos de impostos e redução de impostos para o *phase-out*.

Petróleo e Gás: Consenso mundial de que o problema está nos ANDES e na ÁSIA, para ter um *paper* que será mandado para o secretariado. É um *paper* técnico sobre a questão do petróleo e gás sobre a relação de mercúrio e gás.

Visita do Lugris ao Brasil – que deve vir ao Brasil antes de outubro para debater alguns pontos importantes de negociação.



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

Apresentação da ONGs - posição das ONGs

Zuleica apresentou as posições da rede internacional para mercúrio zero (ZMWG) apresentada da seguintes maneira:

1 - Mercúrio em Plantas de Cloro-Álcalis

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: Como as plantas de cloro-álcalis com células de mercúrio (MCCAP em inglês) são uma enorme fonte de uso e poluição de mercúrio com tecnologia alternativa prontamente disponível, e devem passar por uma transição (serem desativadas), muitos proprietários de plantas já anunciaram planos ou indicaram sua capacidade de desativá-las até 2020. Cerca de apenas 50 plantas ainda não anunciaram planos ou não estão obrigados a desativar até 2020, e sua produção combinada é bastante pequena, de modo que converter essas plantas restantes é bastante viável. O tratado deveria exigir que aproximadamente 50 instalações ainda não desativadas fechem ou convertam sua tecnologia assim que possível. Quando as MCCAPs forem fechadas, o mercúrio remanescente após o fechamento deve ser totalmente contabilizado e retirado do mercado de forma segura.

2 - Sistemas de Monitoramento Contínuo de Emissão de Mercúrio

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: Os sistemas de monitoramento contínuo de emissões de mercúrio (SMCE Hg) já são disponíveis e têm sido exigidos pelos regulamentos mais recentes para medir os níveis de mercúrio em gases de chaminé para os quais se apliquem exigências de limites de emissão ou tecnologias de controle. Como exemplo, SMCE Hg já foram instalados em mais de 600 usinas de energia e em vários fornos de cimento nos EUA, e em 34 fornos de cimento na Alemanha. Logo eles serão instalados em muitos outros fornos de cimento nos EUA por motivo de novos regulamentos de emissão de Hg que exigem o seu uso (ou métodos equivalentes).

O advento do monitoramento contínuo de emissões é um avanço técnico importante uma vez que oferece os meios mais diretos de implementação do monitoramento e é um método superior em termos de precisão. Os SMCE Hg oferecem medições em tempo real (por minuto) se comparados com outras técnicas de monitoramento, tais como os materiais absorventes que acumulam mercúrio por longos períodos de tempo, ou as medições instantâneas em chaminé que medem a conformidade em um ponto do tempo sob algumas condições.

As emissões de mercúrio de um processo podem mudar ao longo do tempo. Vários fatores operacionais, alterações no combustível ou outras matérias primas podem impactar o desempenho dos controles de mercúrio. Conceber um plano de medição para estabelecer claramente o desempenho de um controle de mercúrio segundo todos os parâmetros operacionais é difícil. Portanto, os SMCE Hg são essenciais para demonstrar a conformidade contínua com os limites de emissão. Eles também oferecem a oportunidade da transmissão eletrônica em tempo real de dados para a empresa e/ou para as autoridades de fiscalização de forma a facilitar a busca pela conformidade.

3 - Mercúrio em Mineração Artesanal de Ouro



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: O tratado deve restringir a oferta e demanda global de mercúrio, tornando-o menos disponível e atraente para os mineradores. O tratado também deve estabelecer a criação de metas específicas de redução de mercúrio de acordo com as características ambientais, sociais e econômicas de suas operações de ASGM e das comunidades. Essas metas de redução de mercúrio devem, no mínimo, buscar eliminar as piores práticas de ASGM, baixar o uso de mercúrio e, quando viável, as alternativas sem mercúrio devem ser promovidas.

4 - Redução do Conteúdo de Mercúrio em Lâmpadas Fluorescentes

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: Os documentos do PNUMA incluem as lâmpadas entre as categorias de produtos que devem banir o uso de mercúrio. Mas é provável que o mercúrio continue sendo um aditivo necessário para no mínimo algumas lâmpadas que economizam energia (ao menos no curto prazo, até que os LEDs e alternativas sejam mais bem desenvolvidos). Por conta disso muitas, senão todas as Partes receberão provavelmente uma isenção de uso permitido dessas lâmpadas.

No caso das lâmpadas, concordamos com o comentário do Anexo C da UNEP de que o INC deve discutir a inclusão de valores de conteúdo de mercúrio e demais especificações para inserção na lista. Em consonância com os comentários do ZMWG aos documentos, recomendamos um processo de estabelecimento de limites de conteúdo de mercúrio até a proibição completa da produção, pois temos receio de que sem isso o resultado seja a permissão de uso em branco, sem minimizar a quantidade de mercúrio consumida por esse setor. Segundo a nossa abordagem recomendada, a Conferência das Partes (COP) poderia estabelecer os limites máximos permitidos onde o mercúrio for ainda necessário na fabricação de lâmpadas, e a proibição do uso de mercúrio (estabelecendo um limite zero) quando forem disponíveis alternativas sem mercúrio ou quando uma categoria particular de lâmpadas estiver em desuso. Além de reduzir o consumo global de mercúrio por esse setor, o estabelecimento de limites de conteúdo de mercúrio ajudará a proteger os consumidores pela minimização da quantidade de mercúrio em cada lâmpada e da exposição potencial durante o uso e subsequente manuseio, e promoverá o uso de técnicas aperfeiçoadas de dosagem de mercúrio que melhor protejam os trabalhadores e reduzam as emissões de mercúrio para o meio ambiente.

5 - Resíduos Mercuriais e a Convenção da Basiléia

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: Resumidamente, o Tratado de Mercúrio oferece uma excelente oportunidade para superar as deficiências da Convenção da Basiléia. O INC está mais bem posicionado para abordar a questão do resíduo de mercúrio a partir de uma ampla e abrangente perspectiva, particularmente na definição de metas e obrigações das Partes. Por mais tentador que seja mergulhar nas definições do que seja mercúrio de resíduo ou de produto, ou em níveis de concentração ou teor, não é necessário prescrever imediatamente as definições específicas ou níveis de concentração de resíduos mercuriais. É mais crucial para o INC estipular os objetivos orientadores da Convenção prescrevendo o seguinte:

1. Restringir o comércio de mercúrio e proibir a destinação de resíduos mercuriais de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

2. Fornecer um mandato claro para a COP do Tratado do Mercúrio para que determine e oriente as lacunas jurídicas e técnicas entre o Tratado da Basiléia e o Tratado de Mercúrio, e consulte o órgão apropriado da Basiléia para solucionar as áreas de sobreposição.
3. Fornecer apoio financeiro e técnico para ajudar as Partes a cumprirem as metas de armazenamento e de disposição ambientalmente adequadas do Tratado de Mercúrio.
4. Estabelecer requisitos restritos de armazenamento e assegurar que o mercúrio sequestrado não seja reintroduzido no comércio global.
5. Desenvolver ou estabelecer técnicas de gestão ambientalmente adequadas específicas para a disposição de produtos e resíduos contendo mercúrio, levando em conta as novas informações e atividades de pesquisa em andamento sobre as opções de disposição segura.

6 - Mercúrio em Produtos

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: O tratado deve conter uma obrigação clara de banimento gradual da fabricação de produtos contendo mercúrio, quando alternativas sem mercúrio forem eficientes e economicamente viáveis. Para produtos sem alternativas viáveis e disponíveis, o tratado deve conter a revisão periódica e cláusulas eficientes de modificação do anexo para identificar as alternativas adequadas que vierem a se tornar praticáveis.

7 - Resíduos Mercuriais: Questões e Preocupações

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: O Tratado de Mercúrio oferece uma excelente oportunidade para superar as deficiências da Convenção da Basiléia (veja o documento do ZMWG sobre Basiléia). Neste sentido é crucial que o Tratado de Mercúrio:

1. Restrinja o comércio de mercúrio e proíba o envio de resíduo mercurial de países desenvolvidos para países em desenvolvimento para disposição, reciclagem, recuperação e reuso direto.
2. Forneça um mandato claro para a COP do Tratado de Mercúrio determinar e orientar as lacunas legais e técnicas entre os dois tratados e consultar o órgão apropriado de Basiléia na solução de áreas de sobreposição.
3. Forneça apoio financeiro previsível e eficiente para auxiliar as Partes a cumprirem a gestão ambientalmente adequada e as metas de armazenamento do Tratado de Mercúrio.
4. Estabeleça requisitos estritos de armazenamento e assegure que o mercúrio sequestrado não seja introduzido no comércio global.
5. Desenvolva ou estabeleça obrigações de gestão ambientalmente adequada específicas para a disposição de produtos contendo mercúrio levando em conta as novas informações e as atividades de pesquisa em andamento sobre as opções de disposição segura.

A relegação indiscriminada da questão para a Convenção da Basiléia seria uma decisão muito precipitada e resultaria possivelmente em uma abordagem ineficaz de administração do desafio global do resíduo mercurial.

8 - Oferta Global de Mercúrio

Posição defendida pela APROMAC e a rede ZMWG: O tratado deve dar continuidade aos banimentos de exportação na Europa e EUA e também reduzir a disponibilidade global de mercúrio. Isto pode ser alcançado pela proibição de novas minas primárias de mercúrio e



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

fechamento de minerações primárias existentes dentro de 3 anos. Além disso, o tratado deve encorajar o sequestro de mercúrio das instalações de cloro-álcalis fechadas e outros processos e produtos baseados em mercúrio, além de dar apoio às políticas e iniciativas de armazenamento tais como aquelas já em andamento.

Para produção de 1 T de Cloro – o gasto deve não ultrapassar mais de 25 g de Hg para produção. Temos que checar os dados do Hg em relação ao uso de Hg para as indústrias de cloro-álcalis.

Zilda Veloso - Convenção de Basiléia – não tem prazos de término da geração de resíduos, tão pouco os mercuriais., Convém termos cautela no desenvolvimento do texto para não duplicar com as ações de Basiléia, ter cuidado de não referendar o que está em vigor.

Reunião ser temática e dia inteiro. (Emenda de banimento para trabalhar em conceitos mínimos determinados) Grupos de trabalho para discutir quando um resíduo se torna perigoso. Não chegaram à conclusão nenhuma sobre quais seriam os valores mínimos que os caracterizariam como resíduos perigosos.

Buscar sempre as pessoas que estão trabalhando com esses dados e colocam esse tema, ver o que está se fazendo no mundo, temos quase todas as pesquisas que estão sendo feitas para trazer o contraditório. Universidades têm o conhecimento crítico da ciência que podem nos ajudar a uma melhor análise, questão de vacinas em Hg, questão de bacias e Hg, etc.

Perspectivas para o INC-3

Temos que fazer uma mobilização em cada instituição para mobilizarmos o maior número de pessoas para estarem na reunião do INC-3.

Questão pro-ativa.

A questão do diagnóstico para ter um documento e estar no prelo para ler para a gente.

O MMA destacou a visita do presidente da negociação em setembro em Brasília, sendo este ponto pauta para a próxima reunião do GT.

Data da próxima reunião: 9 de agosto (dia inteiro)

A reunião foi encerrada às 18 horas.